

SUMÁRIO

Introdução

PARTE I

O REGISTRO DE IMÓVEIS E A TUTELA DO TRÁFICO JURÍDICO

Capítulo 1 – Segurança Jurídica Estática e Dinâmica

Capítulo 2 – Espécies Registrais Imobiliárias em Razão do Escopo de Tutela

- 2.1 Registros imobiliários que buscam a tutela da segurança estática
 - 2.1.1 Registro de documentos
 - 2.1.2 Registro de direitos fraco
- 2.2 Registros imobiliários que buscam a tutela do tráfico jurídico

Capítulo 3 – Abstração e Causalidade entre o Plano Real e o Obrigacional e as Espécies Registrais Imobiliárias

Capítulo 4 – A Tutela do Tráfico Jurídico Imobiliário como Decorrente da Tutela da Aparência Jurídica

- 4.1 Publicidade registral geradora de aparência
 - 4.1.1 Conhecimento jurídico
 - 4.1.2 Publicidade jurídica
 - 4.1.3 Publicidade registral imobiliária
 - 4.1.4 Publicidade e aparência: pontos de encontro e distinção
 - 4.1.5 A proteção do terceiro registral imobiliário de boa-fé como decorrente do princípio da tutela da aparência jurídica
- 4.2 Tutela da aparência jurídica
 - 4.2.1 Definição da aparência jurídica
 - 4.2.2 Aparência e institutos afins – diferenciações
 - 4.2.3 Fundamento da proteção da aparência jurídica
 - 4.2.4 Principais correntes explicativas da tutela da aparência jurídica
 - 4.2.5 A tutela da aparência como princípio jurídico
 - 4.2.5.1 Caracterização da tutela da aparência jurídica como princípio jurídico
 - 4.2.5.2 Requisitos *prima facie* de aplicação do princípio da tutela da aparência jurídica

- 4.2.6 Efeitos da tutela da aparência jurídica
- 4.3 Tutela da aparência jurídica aplicada à eficácia material do registro imobiliário

Parte II

EFICÁCIA MATERIAL DO REGISTRO IMOBILIÁRIO BRASILEIRO

Capítulo 5 – Evolução do Entendimento a Respeito da Eficácia Material do Registro de Imóveis Brasileiro em Relação à Tutela do Terceiro Adquirente de Boa-Fé

- 5.1 Período anterior ao Código Civil de 1916
- 5.2 Na vigência do Código Civil de 1916
- 5.3 Após a entrada em vigor do Código Civil de 2002

Capítulo 6 – A Proteção do Terceiro Registral Imobiliário Adquirente de Boa-Fé no Direito Brasileiro

- 6.1 Eficácia material do registro imobiliário pátrio
- 6.2 A aceitação do princípio da tutela da aparência no Brasil
- 6.3 A proteção do terceiro registral imobiliário adquirente de boa-fé

REFERÊNCIAS